

# ANTICLERICALISMO E ANTIMAÇONARIA

Antimaçonaria na Espanha e na América Latina:  
tentativa de síntese

JOSÉ A. FERRER BENIMELI  
*Universidad de Zaragoza*

Tradução:  
Cídio Lopes de Almeida  
*Doutorando Ciências das Religiões  
Faculdade Unida de Vitória  
Bolsista FAPES*

FERRER BENIMELI, José A. Anticlericalismo e Antimaçonaria. Antimaçonaria na Espanha e na América Latina: tentativa de síntese. Trad. Cídio Lopes de Almeida. São Paulo: AMF3 Escola de Filosofia, 2023. Disponível em: <https://amf3.com.br/anticlericalismo-e-antimaconaria>. Acessado em: [data de acesso, no formato dd/mm/aaaa].

Fonte original:

FERRER BENIMELI, José Antonio. "La antimasonería en España y América Latina: intento de síntesis". In: La masonería española entre Europa y América: VI Symposium Internacional de Historia de la Masonería Española. Coord. por José Antonio Ferrer Benimeli. Vol. 1. 1995. ISBN 84-7753-357-X. Páginas 405-416.

Para acessar o artigo completo, você pode utilizar o link fornecido:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=962762>

Uma das definições muito raras do termo "antimaçonaria" é dada pelo professor *Jacques Lemaire* em sua interessante publicação "As origens francesas da Antimaçonaria"<sup>1</sup>. Ele afirma que o antimaçonaria pode assumir duas formas, desiguais em sua intencionalidade: por um lado, estabelece os fundamentos da atitude ou doutrina que visa limitar a influência da maçonaria na vida política, cultural ou social de uma nação em determinado período; em sua forma mais radical, almeja o completo e simples colapso da Ordem maçônica.

A terminologia-definição de "antimaçonaria" é algo desconhecida nos dicionários da língua e até mesmo nos dicionários da maçonaria (Ligou, Mellor, Waite, Lennhof-Posner, Frau-Arus, etc.), que não definem a antimaçonaria, limitando-se, no máximo, a fazer uma descrição de certos movimentos antimacônicos. Assim, Waite aborda apenas o Congresso antimacônico de Trento (1896), e Lennhof-Posner, principalmente, as associações antimasônicas. Por sua vez, o Dicionário Enciclopédico da maçonaria espanhola menciona como antimaçonaria apenas o

---

<sup>1</sup> LEMAIRE, Jacques, *As origens francesas da antimaçonaria* (1744-1797), Bruxelas, Ed, da Universidade, 1985, p. 9.

movimento ocorrido contra a maçonaria em 1886 nos Estados Unidos, relacionado ao desaparecimento de Morgan<sup>2</sup>.

No entanto, a antimaçonaria é algo tão presente e, às vezes, tão importante como a própria maçonaria, uma vez que, em certos momentos da história, falar ou escrever sobre maçonaria é sinônimo de falar ou escrever sobre antimaçonaria, como foi o caso do satanismo na maçonaria [Léo Taxil] e do judaísmo na maçonaria [Protocolos dos Sábios de Sião], ou mais recentemente, a conexão entre a máfia e a maçonaria [P-2].

Na Espanha e na América Latina, a antimaçonaria remonta a 1738 - ano da primeira condenação pontifícia da maçonaria - e é uma antimaçonaria institucionalizada em contraste com a antimaçonaria social de outros países, como a França. A França é um dos países mais contraditórios, pois ao lado dos maiores defensores da liberdade e dos direitos humanos, encontramos na história contemporânea protagonistas dos movimentos mais reacionários e, especificamente no caso da maçonaria, os movimentos mais antimaçônicos. Entre 1897 e 1913, pode-se apontar a existência de pelo menos vinte organizações antimaçônicas<sup>3</sup>, sem mencionar atitudes mais recentes, como a do fundamentalista *Monsenhor Lefebvre* e seus seguidores.

Também não encontramos na Espanha do século XVIII o antimaçonismo inglês das "divulgações" e das caricaturas perfeitamente fantasiosas que acusavam constantemente as lojas maçônicas de serem um refúgio de bêbados e de se entregarem à homossexualidade. Na Espanha e na América Latina, o antimaçonismo tem uma dupla vertente religiosa e política, sendo o Papa e o Rei seus máximos responsáveis, ou se preferir, o Papado e a Monarquia, mais especificamente religioso-elesiástica. No século XVIII, e até seu desaparecimento em 1830, o Tribunal da Inquisição servirá em seis campos distintos, embora cronologicamente simultâneos: 1) Publicação de decretos e editais proibindo a maçonaria; 2) Relatórios dos Inquisidores Gerais; 3) Delações espontâneas ou retratações de maçons; 4) Denúncias; 5) Processos e 6) Proibição de livros relacionados à maçonaria. Em todos esses casos, no entanto, há um denominador comum: investigar o máximo possível para descobrir o que era a maçonaria, o que estava escondido por trás dela e quais eram seus objetivos.

A isso se somarão, principalmente após o desaparecimento da Inquisição, as pastorais dos bispos e os escritos e outras atividades (púlpito, confissão, missões populares, colégios...)

---

<sup>2</sup> FRAU, Lorenzo e ARÚS, Rosendo, *Dicionário Enciclopédico da Maçonaria*, México, Ed. Vale do México, 1976, t. Eu, pág. 108. Sobre o caso Morgan, cf. Michel Brodsky.

<sup>3</sup> Cf. Alguns destes em LIGOU, Daniel, *Dicionário Universal da Maçonaria*, Paris, Ed. Du Prisme, 1974, t. Eu, pág. 61-62.

do clero regular e secular. A publicação mais difundida no século XVIII foi o "*Sentinela contra Franco-Masons*" do Padre Torrubia (1ª edição em 1751). Menos conhecida é a "*Adumbratio Liberorum Muratorum*" do Frei Juan de la Madre de Dios. Como contrapartida, o erudito beneditino Frei Benito Jerónimo de Feijoo tem uma carta curiosa na qual indiretamente defende os maçons<sup>4</sup>.

No século XIX, a imprensa católica também desempenhará um papel importante. Basta consultar revistas da época, como *La Ilustración Católica*, *La Hormiga de Oro* e, especialmente, o órgão do Apostolado da Imprensa, *La Lectura Dominical*, na qual, entre outras coisas, a partir de 1897 - ano do desenlace da fraude *Taxil* - foi criada uma seção antimaçônica de forma permanente. Em alguns casos, ocorreram verdadeiras polêmicas com algumas revistas católicas, como *La Verdad*, de *Castellón de la Plana*, que deu origem a uma queixa do Grande Oriente Espanhol contra essa revista católica por calúnias e difamação contra a maçonaria espanhola. A presença do tema maçônico na imprensa católico-fundamentalista levou a uma série de compilações posteriores dos artigos publicados sobre esse assunto, como aconteceu em 1882 com os do *El Siglo Futuro* (Madrid), em 1888 com os do *El Alicantino* (Alicante), em 1894 com os do *El Hebdomadario* (Cartagena), etc.

Por outro lado, o impacto dos livros de *Taxil* só aumentou a psicose antimaçônica criada tanto pelas bulas e outros documentos pontifícios quanto pelas demais publicações contra a maçonaria feitas na Espanha naquela época, uma vez que as traduções das obras de *Taxil* foram muito bem recebidas, conforme indicado pela grande quantidade de títulos que ainda são preservados<sup>5</sup>.

Finalmente, e como resultado do Congresso antimaçônico de Trento, foi estabelecido, sob a dependência da Igreja, o Conselho Diretivo Nacional da União Antimaçônica Universal - fundada em Roma - com representações em todas as dioceses espanholas. Na circular enviada a todos os bispos espanhóis nessa ocasião, afirmava-se que a maçonaria era inimiga pessoal dos Pastores da Igreja, inimiga das ovelhas cuja guarda havia sido confiada ao Vigário de Cristo, inimiga de Cristo, de Sua Igreja, da Pátria e de tudo o que defende a Deus... Entre as inúmeras adesões espanholas recebidas no Congresso, destaca-se a do bispo de Málaga, Dom Muñoz Herrera, que dedicou uma pastoral contra a maçonaria e enviou ao Congresso, em quatro

---

<sup>4</sup> FERRER BENIMELI, Joseph A., "Feijoo and Freemasonry". em *II Simpósio sobre o Padre Feijoo e seu século*, Oviedo, Cátedra Feijoo, 1983, t. II, pp. 349-362.

<sup>5</sup> FERRER BENIMELI, José A., "Antimasonaria e anticlericalismo: a mistificação de Léo Taxil (1890 – 1897)", in *Sob a máscara da Maçonaria* [Ed. Jacques Lemaire], Bruxelas, Ed. da Universidade, 1989, pp. 103-118.

volumosos dossiês, mais de 100.000 assinaturas de seus diocesanos protestando veementemente "contra a seita tenebrosa e diabólica inimiga de Deus, do trono e de nossa pátria". Na seção matinal do último dia do Congresso, o comendador Pedro Pacelli, escritor e jornalista italiano, apresentou uma moção de aplauso ao deputado carlista Vázquez de Mella por ter apresentado às Cortes de Madrid a petição para declarar a maçonaria ilegal, facciosa e traidora à Pátria, excluindo maçons de cargos públicos. Nesse congresso também estava presente Dom Carlos VII, o pretendente ao trono espanhol e líder dos carlistas, acompanhado de sua família, "a Família Real proscrita da Espanha", como mencionado na crônica do Congresso. Lembremos a habilidade com que Carlos VII soube identificar sua causa com a religião católica, colocando liberais e maçons no mesmo saco, como refletido na oração que os padres guerrilheiros de Dom Carlos aparentemente recomendavam a suas tropas e que concluía com estas palavras: "Acima de tudo, Pai Eterno, destrua os planos dos afiliados à abominável seita dos liberais e maçons da Espanha e dos países estrangeiros. Amém"<sup>6</sup>.

A vertente política do antimacçonismo na Espanha e em suas províncias ultramarinas (América e Filipinas) teve início em 1751, com o primeiro decreto real que proibiu a maçonaria<sup>7</sup>, emitido por Fernando VI. No mesmo ano, seu irmão Carlos, rei de Nápoles, também proibiu a maçonaria no reino das *Duas Sicílias*. Ao vir para a Espanha, após a morte de Fernando VI, para assumir a coroa espanhola com o nome de Carlos III, ele manteve a proibição da maçonaria, pela qual estava realmente preocupado. Precisamente, Carlos II é o único rei da Europa cuja correspondência antimacçonica completa é preservada no arquivo de *Simancas* (Valladolid)<sup>8</sup>, desde sua chegada à Espanha em 1759 até sua morte em 1788. Essa postura antimacçonica continuou com seus sucessores Carlos VI e, especialmente, durante o reinado de Fernando VII, que emitiu não menos que catorze decretos, editais e proibições da maçonaria entre 1814 e sua morte em 1833. Sua filha, Isabel II, também manteve a proibição de pertencer à maçonaria durante todo o seu reinado.

---

<sup>6</sup> FERRER BENIMELI, José A., "Carlos VII e o Congresso Antimacçonico de Trento, em *Letras de Deusto* [Bilbao], vol. 14, n.º 29 (maio-agosto de 1984) 151-1

<sup>7</sup> Alguns autores mencionam outro anterior de 1740 correspondente a Felipe V, mas é falso. Sobre este ponto cf. José A. FERRER BENIMELI, "Um caso de política interna: Fernando VI e a Maçonaria Napolitana através da correspondência entre Tanucci e Carlos III (1775 – 1783)", in Bernardo Tanucci, *Statista, Letterato, Giurista*, Napoli, Jovene Ed 1988, p. 375-455.

<sup>8</sup> FERRER BENIMELI, Jose A., "Carlos III e a Maçonaria de Nápoles" em *I Bourbon de Nápoles e i Bourbon de Espanha*, Nápoles, Guia Ed., 1985, vol. II, pp. 107-1 103 – 189; Idem, "Bernardo Tanucci e a Maçonaria Napolitana através da correspondência entre Tanucci e Carlos III (1775 – 1783)", in Bernardo Tanucci, *Statista, Letterato, Giurista*, Naples, Young Ed. 1988, pp. 101-1 375 – 455 .

No século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, a Inquisição foi se tornando cada vez mais um instrumento de poder e controle por parte dos reis espanhóis. Posteriormente, a responsabilidade de manter o antimaçonismo institucional e político foi atribuída à polícia, aos governadores civis e aos capitães-generais. Exceto por breves períodos, como a ocupação napoleônica (1808-1813), o *Sexênio Revolucionário* (1868-1873), que inclui a Primeira República, e a Segunda República (1931-1936), pode-se dizer que a maçonaria esteve sob controle policial, sendo tolerada no melhor dos casos, mas nunca plenamente identificada ou totalmente apoiada pelo poder político.

Entre os grupos políticos que se destacaram na luta contra a maçonaria, podem ser mencionados os carlistas no século XIX e os fascistas no século XX. Em relação à atitude dos carlistas, a presença de seu líder - Don Carlos VII - no Congresso antimacônico de Trento já é suficientemente sintomática.

A partir da sublevação militar de Franco, o antimaçonismo voltou a atingir uma grande virulência até a criação do Tribunal de Repressão da maçonaria em 1º de março de 1940, que esteve em vigor até 1965. Posteriormente, o Tribunal de Ordem Pública foi responsável pelo controle antimacônico. Também nesse caso, as campanhas de imprensa organizadas pelo poder foram importantes, como as edições antissectárias dirigidas pelo Pe. Tusquets, ou os Boletins e Revistas antimacônicos publicados pela Direção Geral de Segurança e pelo Ministério da Informação e Turismo durante a era de Franco<sup>9</sup>. Como resultado dessa campanha antimacônica de Franco, que levou à apreensão de todos os arquivos de lojas e organizações superiores da maçonaria espanhola, foi formado um dos melhores arquivos da maçonaria na Europa. Esse arquivo, atualmente, constitui o acervo mais importante da chamada seção Guerra Civil nos Arquivos Nacionais espanhóis.

Este duplo antimaçonismo, religioso e político, que em muitos casos anda de mãos dadas, derivou como consequência lógica na direção de um antimaçonismo popular que chega praticamente aos nossos dias e da qual restam testemunhos literários muito valiosos, como a de Benito Pérez Galdós, que em seus *Episódios Deuses Nacionais*, escrito nas décadas de 1870-80, captura e reflete com verdadeira maestria esse sentimento antimacônico tão profundamente enraizado em ampla setores da sociedade espanhola, tanto políticos como religiosos, o que leva a uma identificação maçônica instintiva com tudo o que não se encaixa ao tradicional católico

---

<sup>9</sup> FERRER BENIMELI, José A., *Bibliografía de Alvenaria*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1978. Idem, *A conspiração judaico-maçônica-comunista*, Madrid, Ed. Istmo, 1982. Juan José Morales Ruiz, *A publicação da lei de repressão da Maçonaria na Espanha do pós-guerra*, Zaragoza, Fernando el Instituição Católica, 1992.

e espanhol no sentido mais estritamente castiço e imobilista. Os maçons são considerados pelo povo como feiticeiros, durante libertinos, demônios, hereges, perversos, etc.<sup>10</sup> Anos depois - durante o segunda república (1931-36) - o jornal antimaçônico e antirrepublicano *Graça e Justiça* também nos apresenta um estereótipo em que o Maçom é identificado com comunistas, anarquistas, separatistas, judeus, teosofistas voltairianos, marxistas, jansenistas, revolucionários, espiritualistas, livres-pensadores etc., etc. Existem mais de cento e setenta qualificadores que estão aplicar aos maçons<sup>11</sup>.

O antimaçonismo na Espanha e na América Latina oferece, então, uma dupla aspecto: religioso e político, que tem como consequência o antimaçonismo populares. Mas em todos os três casos se trata de um antimaçonismo com um caráter defensivo e ofensivo. Defensivo contra uma instituição que apresentava características difíceis de entender e perigosas naquela época, como eram o segredo e o juramento. A isto devemos acrescentar ter sido declarada pelo Papa suspeita de heresia, bem como a atitude de não poucos governos e autoridades (protestantes, católicos e muçulmanos) que haviam proibido as reuniões de maçons<sup>12, 13</sup>. A última razão dada se tornará o argumento clássico: se esses homens não praticam o mal, por que eles se encontram em segredo e têm sinais ou sinais de reconhecimento você secretos?

Especialmente a partir do século XIX, o antimaçonismo já adquiriu um caráter ofensivo, de luta e guerra contra a Maçonaria que será acusada de todos os tipos de crimes políticos, religiosas e sociais, e contra as qual se tomaram todos os tipos de medidas para destruí-la. Se olharmos apenas para o antimaçonismo religioso, a causa deve ser buscada na própria atitude de Roma contra a Maçonaria, especialmente durante os pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903) em que saíram mais de dois mil condenações contra a Maçonaria. É o tempo da chamada questão romana ou da perda dos Estados Pontifícios e reunificação italiana, do *Syllabus* (1864) e da *Humanum genus* (1884), do satanismo Maçônico de Leo Taxil, do congresso antimaçônico de Trento (1869), da criação da Liga Antimaçônica (1887), dos Protocolos dos Sábios de Sião, etc. etc.

---

<sup>10</sup> FERRER BENIMELI, *A Maçonaria nos Episódios Nacionais de Pérez Galdós*, Madri, Fundação Universitária Espanhola, 1982.

<sup>11</sup> MONTERO PÉREZ-HINOJOSA, “Graça e Justiça”: Um semanário antimaçônico na luta contra a segunda república espanhola”, em *A Maçonaria na História da Espanha* [J.A. Ferrer Benimeli, Ed.], Saragoça, Deputação Geral de Aragão, 1985, pp. 385 – 408 .

<sup>12</sup> FERRER BENIMELI, José A., *The Secret Archives of the Vatican and Freemasonry*, História d’une candammation pontificale, Paris, Devry-Livres, 1989.

<sup>13</sup> ESCUDERO, José A., “As sociedades secretas perante a legislação espanhola”, in *Maçonaria, política e sociedade* [Coord. J.A. Ferrer Benimeli] Zaragoza, Centro de Estudos Históricos da Maçonaria Espanhola, 1989, t. II, pp. 100-1 511 – 544 .

Basta fazer um passeio pelos escritos dos papas e, sobretudo, pelos clérigos e bispos espanhóis, ou pelas traduções dos bispos franceses, como *Monseigneur Dupanloup*, Bispo de Orléans [Estudo sobre o Franco-Maçonaria, Barcelona, 1875], Monsenhor Fava, Bispo de Grenoble [Discurso sobre o segredo da Maçonaria, Barcelona, 1884], ou Monsenhor Segur [Os Franco-maçons, Barcelona, 1883], para dar apenas três exemplos característicos, para verificar até que ponto de virulência a cruzada antimaçônica chegou e o grande número de publicações antimaçônicas que desde a ótica católica foi difundida na Espanha, contribuindo para criar um clima de uma verdadeira cruzada da qual participaram não poucas associações de antimaçônica.

A forma de atuação do antimaçonismo na Espanha, tanto antimaçonaria religioso quanto o político serão duplos: do campo jurídico e do ideológico. No antimaçonismo religioso eclesiástico toda jurisdição antimaçônica emanada de Roma através de Bulas, Constituições Apostólicas e demais documentos papais acabaram sendo compilados no Código de Direito Canônico de 1913, e em particular em seu famoso cânon 2.335 pelo qual se excomungou os católicos que foram ou se tornaram Maçons com todas as consequências sociais que esta pena acarretava, em países majoritariamente ou oficialmente católicos, de rejeição de casamentos nas igrejas, enterros nos cemitérios católicos, etc. Sem considerar que o novo Código de Direito Canônico de 1983 não menciona para nada para os maçons ou sua excomunhão, as declarações do Cardeal Ratzinger daquele mesmo ano contra a Maçonaria criou um *status quo* e um *confundicionismo* difícil de superar que tem servido para o antimaçonismo eclesiástico, especialmente dos setores mais ligados à direita tradicionais (Opus Dei, Comunhão e Libertação, etc.), recuperou novas forças e justificou a sua continuidade.

Do antimaçonismo político na Espanha haverá toda uma série de decretos reais que mais tarde serão incluídos nos códigos de Direito Penal (1848, 1850, 1870), Lei das Associações (1887), e mesmo em alguns das Constituições (1873, 1876, 1978). Após o breve parêntese da segunda República (1931-1936) em que havia maior liberdade de reunião e associação incluída na Constituição de 1931, com o golpe militar do general Franco introduziu, no que diz respeito à Maçonaria, uma legislação muito dura legislação antimaçônica desde o primeiro decreto de 15 de setembro de 1936 em que a Maçonaria foi declarada contrária à lei; o decreto de 21 de Dezembro de 1938 pelo qual ordenou a destruição de todas as insígnias e símbolos cemitérios maçônicos; a Lei das Responsabilidades Políticas de 9 fevereiro de 1939 em que a Maçonaria foi declarada não contrária, mas sim fora da lei; e finalmente a lei de 1º de março de 1940 “pela repressão Maçonaria, comunismo e outras sociedades clandestinas que semeiam dissolvendo ideias contra a Religião, a Pátria e suas instituições fundamentais e contra a harmonia social”.

Observe como nos termos Religião, Pátria e harmonia social são reunidas na mesma lei as três antimaçonaria indicadas ao longo da história da Espanha: religiosa, política e popular. Pouco depois, o Tribunal Especial para a Repressão da Maçonaria e comunismo - uma espécie de Inquisição político-militar do século XX – tribunal que esteve em vigor até a criação do Tribunal de Ordem Pública em 1963.

Mas, além do antimaçonismo jurídico, havia o antimaçonismo ideológico em que desempenhou papel importante a imprensa (especialmente a carlista, a católica, a da Falange, e mais recente a da extrema direita política e religiosa), livros e outras publicações (brochuras, romances impressos, circulares...), a escola, o púlpito e o confessional, etc.

Como exemplo desses enfrentamentos poderíamos citar o *slogans* do Bispo de Oviedo, Martinez Vigil, contra os maçons, e do Venerável Díaz y Pérez contra os católicos em junho de 1887. Centrada especialmente pelo bispo no pedido aos católicos para nunca se filiarem à Maçonaria, nem deu seu voto nas eleições para os maçons, nem assinavam os jornais próximos às suas ideias, devendo afiliar-se, no entanto, tantos os parentes, como os domésticos e trabalhadores próprios a Liga Antimaçônica e combater as obras maçônicas especialmente a escola neutra ou laica. Por sua vez, o Venerável Díaz y Perez pediu aos maçons avivar a propaganda maçônica com roupas brancas, incorporassem às Lojas professores e professoras professores de ensino primário, perdoando-os se necessário, os direitos de iniciação, incorporação de mulheres através de câmaras de adoção, combater todos os atos clericais e jesuítica (atos de culto externo, escolas católicas, etc.); e finalmente acaba recomendando aos maçons para seus filhos as escolas e faculdades seculares, bem como a imprensa maçônica ou para-maçônica.

As consequências deste antimaçonismo, especialmente o jurídico, foram muito duras já desde o século XVII. Bem, embora seja verdade que a Inquisição não condenava nenhum maçom à morte, significava para eles, além disso, mais do que excomunhão, morte civil, pois muitos deles foram expulsos para perpetuidade da Espanha e das Índias, salvo as correspondentes penas de prisão, confisco de bens, açoitamento público, etc.

As consequências desse antimaçonismo, especialmente o jurídico, foram muito severas desde o século XVII. Embora seja verdade que a Inquisição não condenou nenhum maçom à morte, eles sofreram, além da excomunhão, a morte civil ao serem expulsos perpetuamente da Espanha e das Índias, além das penas correspondentes de prisão, confisco de bens, açoites públicos, etc.



Durante o reinado de Fernando VII (1814-1833), a legislação antimaçônica, especialmente a de natureza política-monárquica, resultou em uma purgação severa com penas de prisão, desterros, multas, etc. Durante o reinado de Isabel II (1833-1868), uma loja maçônica em Barcelona (a San Juan de Espanha) foi denunciada à polícia. O chefe de polícia a surpreendeu em 18 de abril de 1853. Todos os membros foram presos e posteriormente julgados em 27 de junho. Considerando que a loja maçônica era uma sociedade secreta não autorizada pelas leis espanholas, seu Venerável foi condenado a sete anos de prisão maior, e todos os outros membros a quatro anos de igual prisão. A maioria dos membros dessa loja, que era afiliada ao Grande Oriente da França, eram franceses e italianos. Mais tarde, eles foram indultados pela rainha Isabel II sob pressão do embaixador francês em Madri.

A partir da revolução de setembro de 1868, houve uma maior liberdade e tolerância em relação à maçonaria, mas ela nunca desfrutou de total liberdade, nem mesmo durante a Segunda República, na qual foi votada no Parlamento uma proposição não vinculante sobre a incompatibilidade entre ser militar e maçom ao mesmo tempo. Nessa proposição, foi solicitado que todos os chefes e oficiais do exército fossem separados das lojas maçônicas<sup>14</sup>.

Com a rebelião militar de Franco, foi aplicada aos maçons a ordem ditada de Burgos em julho de 1936 pelo Presidente da Junta de Defesa, que dizia textualmente: "Proceda-se sem formação de causa ou processo contra todos os que se opõem ao Glorioso Movimento Nacional". Dessa forma, durante os três anos de duração da guerra, ser maçom equivalia à pena de morte sem necessidade de processo prévio<sup>15</sup>. Com a promulgação da Lei de Repressão à Maçonaria, em 1º de junho de 1940, no melhor dos casos, isso significou ruína, morte civil e jurídica<sup>16</sup>, e prisão com penas de vinte a trinta anos de reclusão maior, de acordo com os graus maçônicos em que o réu estava investido. Todos os funcionários públicos, professores do ensino primário e secundário, bem como os universitários, juizes, magistrados, militares e membros das forças de segurança pública (guarda civil, polícia nacional, etc.) foram depurados, e nenhum maçom, dos poucos que sobreviveram aos fuzilamentos, pôde ser reabilitado.

---

<sup>14</sup> FERRER BENIMELI, José A., *Maçonaria Espanhola Contemporânea*, Madrid, Século XXI, Ed., 1980, vol. II, pág. 131.

<sup>15</sup> FERRER BENIMELI, José A., "A Maçonaria e a Guerra Civil", in *Os novos historiadores antes da Guerra Civil Espanhola* [Octavio Ruíz-Manjón, Ed.], Granada, Conselho Provincial, 1990, pp. 233-274; Idem, "Franco and Freemasonry", na *Espanha sob o franquismo* [Josep Fontana, Ed.], Barcelona, Crítica, 1986, pp. 246-268.

<sup>16</sup> O "crime" de ser maçom acarretava o afastamento definitivo de qualquer cargo do Estado, de pessoas jurídicas públicas e oficiais, de entidades subsidiadas e concessionárias, de diretorias e diretorias de empresas privadas, bem como de cargos de confiança, comando ou direção neles. , decretando também sua inabilitação perpétua para os referidos cargos e sua reclusão ou expulsão.

No que diz respeito à América Latina, o antimaçonismo religioso ou eclesiástico seguiu, com pequenas variações, o mesmo caminho que na Espanha, uma vez que a Igreja Católica continuou tendo um grande peso específico em todas as repúblicas latino-americanas, com exceção de Cuba nas últimas décadas, por razões conhecidas por todos. Em relação ao antimaçonismo político, que coincide com o espanhol até a emancipação ou independência dessas colônias, ou seja, até a década de 1820-1930, é notável que o único Libertador do qual há evidências documentais maçônicas, Simón Bolívar<sup>17</sup>, quando alcançou o máximo poder e independência, emitiu um decreto em 8 de novembro de 1828 proibindo em todo o território da Grande Colômbia qualquer tipo de associação ou confraria secreta, independentemente de sua denominação. Os governadores e chefes da polícia foram responsáveis por dissolver e impedir as reuniões das sociedades secretas e cobrar multas daqueles que alugassem suas casas ou locais para uma sociedade secreta<sup>18</sup>. Como resultado desse decreto, todas as lojas maçônicas na atual Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá foram fechadas. Dessa forma, abriu-se um longo parêntese e a maçonaria só voltou a ressurgir no final de 1848.

Embora a nível popular tenha continuado existindo um profundo antimaçonismo impulsionado pela Igreja Católica, a nível político, em alguns países como o México, a maçonaria alcançou um poder relativo ao se institucionalizar em partidos políticos, os *yorkinos* e os *escoceses*, que adotaram a terminologia maçônica e grande parte de seu ideário, e ao terem destacados maçons chegando à presidência do governo. Em termos gerais, pode-se dizer que o antimaçonismo político desaparece em toda a América Latina, a maçonaria se legaliza e alcança um *status* social importante. No entanto, o antimaçonismo religioso continua muito virulento e, conseqüentemente, também o antimaçonismo popular, devido ao caráter elitista que a maçonaria adquire nesses países.

Por último, ao analisarmos as causas do antimaçonismo, observamos que logo após o surgimento da maçonaria moderna em 1717, ocorreram os primeiros ataques antimaçônicos, em grande parte motivados pela curiosidade e pela malícia. Encontraremos os motivos clássicos em uma literatura específica, a das divulgações inglesas e francesas, que se tornará o primeiro antimaçonismo que inspirará todos os outros antimaçonismos. Esses motivos incluem o famoso segredo maçônico, assim como o juramento, a acusação de que os maçons eram alcoólatras que

---

<sup>17</sup> FERRER BENIMELI, José A., "*Bolívar e a Maçonaria*", *Revista de Indias*[Madrid], n° 172 (julho-dezembro 1983) 631 – 687.

<sup>18</sup> As multas foram de 200 dólares para os donos das casas e 100 para cada um dos recolhidos. Em substituição à multa, foram estabelecidos dois meses de prisão pela primeira e segunda vez, e o dobro pela terceira vez.

se reuniam em segredo para beber apenas entre eles, ou de serem homossexuais, motivo pelo qual não admitiam o sexo feminino. Do ponto de vista religioso, os detratores ingleses acrescentam a acusação de aceitar nas lojas até mesmo os "papistas", que eram tratados como párias na Inglaterra na época. Por outro lado, para os católicos ou "papistas", a pior acusação contra os maçons seria a de serem suspeitos de heresia, justamente porque nas lojas era admitida a fraternidade dos católicos com o que era genericamente chamado de protestantes (luteranos, calvinistas, evangelistas, etc.).

Na Espanha e na América Latina, a partir desse ponto de partida, vamos encontrar toda uma série de temas que configuram os diversos antimaçonismos:

1. Em primeiro lugar, o mencionado segredo maçônico, bem como o cruel juramento e a suspeita de heresia.
2. A filosofia das Luzes ou do Iluminismo e a Revolução Francesa fornecem o material que alguns escritores, como Robinson, o abade Lefranc e, principalmente, o abade Barruel - muito conhecido e traduzido na Espanha - vão manipular para lançar a ideia de que a maçonaria conspirou a Revolução Francesa. Essas publicações tiveram um sucesso sem precedentes e forneceram ao antimasonismo um dos temas essenciais que continuará sendo desenvolvido até meados do século XX.
3. Isso foi retomado na Espanha e na América Latina, especialmente durante o primeiro terço do século XX, devido à parte atribuída à maçonaria e a alguns maçons nos movimentos liberais e nacionalistas. A identificação da maçonaria com as sociedades secretas e dessas com as sociedades patrióticas proporcionará ao antimasonismo um terceiro e falso tema, também com um grande futuro: a maçonaria como quartel-general da organização revolucionária liberal.
4. A famosa "questão romana", ligada à unificação italiana e à perda territorial dos Estados Pontifícios, também será a origem de um novo tema que permanece vivo até os dias de hoje - especialmente na Espanha e nos países também chamados "católicos": a maçonaria como quartel-general de uma luta universal contra a Igreja, ao fazer uma falsa identificação entre o poder temporal do Papa e seu poder espiritual<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> FERRER BENIMELI, José A., CAPRILE, G., ALBERTON, V., Maçonaria e Igreja Católica ontem, hoje e amanhã, São Paulo, Ed. Paulinas, 1983.

5. A ideia da maçonaria "contra a Igreja" nos leva cronologicamente ao tema da maçonaria luciferina, que perdura até hoje. Refiro-me à história de Léo Taxil, que continua sendo traduzida, inclusive recentemente. Segundo ele, o verdadeiro segredo maçônico seria a ação oculta do diabo nas lojas. Assim, a maçonaria se torna a "Sinagoga de Satanás".
  
6. O tema da *judeomaçonaria*, habilmente explorado a partir dos Protocolos dos Sábios de Sião [que ainda são publicados na Espanha nos dias atuais], teve um enorme sucesso no início do século XX e durante o período entre guerras e a ascensão das ditaduras fascistas. A maçonaria se tornou o quartel-general da luta pelo sionismo internacional.
  
7. Especialmente na Espanha, durante a ditadura franquista, o tema da maçonaria a serviço do comunismo ganhou grande importância, propagando-se a ideia de que a maçonaria estava implantando o imperialismo soviético em todos os lugares<sup>20</sup> [20].
  
8. O tema *anglofônico* também teve grande desenvolvimento na Espanha. Segundo seus defensores - também muito fortes durante o franquismo - a maçonaria não seria nada mais do que o disfarce do Serviço de Inteligência inglês, e às vezes das seitas protestantes, com o objetivo de dar à Grã-Bretanha a dominação mundial.
  
9. Nos três casos anteriores - maçonaria a serviço do judaísmo internacional, do comunismo soviético e do imperialismo inglês [todos utilizados pelas ditaduras totalitárias] - o ponto comum é a maçonaria antinacional, uma espécie de "Estado dentro do Estado" onipotente, tanto na política interna quanto na política externa, responsável pela Revolução Francesa, pela Revolução Russa, pela Independência das Américas, pela criação da Sociedade das Nações, pela Segunda Guerra Mundial, etc.
  
10. Na Espanha e na América Latina, há também outro tema de grande sucesso e de caráter moral: o da maçonaria contra a família e os bons costumes; o da maçonaria corrompendo a mulher e a infância, por meio da moda, da escola laica, etc.

---

<sup>20</sup> FRANCO BAHAMONDE, Francisco Maçonaria, Madrid, 1952 [2a. ed. 1981]

11. Por fim, os famosos escândalos italianos da P2 e, mais recentemente, da P3, associaram a maçonaria a questões financeiras e políticas muito duvidosas, bem como à máfia, ao tráfico de armas e a uma série de corrupções sociais que fizeram com que todos os jornais do mundo falassem da maçonaria de maneira exclusivamente negativa. Hoje, desenvolveu-se um antimaçonismo extraordinariamente hostil, que, por meio dos atuais meios de informação [TV, rádio, imprensa e até mesmo cinema], tem uma força e extensão desconhecidas em outras épocas.